



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

**REGIME DE INFORMAÇÃO DAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO ESTADO DO
 CEARÁ, BRASIL**

**INFORMATION REGIME OF SCHOOLS OF PROFESSIONAL EDUCATION IN THE STATE OF
 CEARÁ, BRAZIL**

**RÉGIMEN DE INFORMACIÓN DE LAS ESCUELAS DE EDUCACIÓN PROFESIONAL DEL
 ESTADO DE CEARÁ, BRASIL**

Fabiana Cristiane de Medeiros¹

e463499

<https://doi.org/10.47820/recima21.v4i6.3499>

PUBLICADO: 06/2023

RESUMO

Esse artigo intitulado Regime de Informação das Escolas de Educação Profissional do Estado do Ceará, Brasil se justifica pela relevância, projeção e expansão que essa modalidade de ensino tem ganhado no Brasil nos últimos anos. A temática aqui abordada apresenta como objetivo geral identificar os elementos que compõem a educação profissional no Estado do Ceará e de forma mais específica: Descrever o desenvolvimento histórico da educação profissional na rede pública estadual do Ceará, alinhando com a fundamentação teórica e o corpo normativo da temática; Pesquisar sobre regime de informação na perspectiva de interdisciplinaridade entre a Ciência da Informação e a Educação; A postura metodológica da pesquisadora foi pautada pelo método cartográfico à luz do materialismo histórico. Trata-se de pesquisa qualitativa, do tipo bibliográfica e documental, que permitiu identificar os contextos, os atores sociais, os dispositivos de informação, os artefatos de informação e as ações de informação de nosso campo. Descreve o desenvolvimento histórico da educação profissional no Brasil e o corpo normativo que estabelece as políticas públicas sobre o assunto no país, até a perspectiva atual de integração ao Ensino Médio. Focamos na experiência da rede pública estadual do Estado do Ceará, que vem criando as Escolas Estaduais de Educação Profissional e sendo espelho nacional e internacional de educação de qualidade. Conclui-se apontando o fortalecimento de uma visão empresarial dentro da formação educativa, que é imposta pelos interesses capitalistas, intervindo no sistema educacional, aparelhando o Estado, definindo uma importante política pública e querendo perpetuar sua dominação social.

PALAVRAS-CHAVE: Educação profissional. Educação. Regime de Informação.

ABSTRACT

This article entitled Information Regime of Professional Education Schools in the State of Ceará, Brazil is justified by the relevance, projection and expansion that this teaching modality has gained in Brazil in recent years. The theme addressed here presents as a general objective to identify the elements that make up professional education in the State of Ceará and more specifically: To describe the historical development of professional education in the state public network of Ceará, aligning with the theoretical foundation and the normative body of the thematic; Research about information regime in the perspective of interdisciplinarity between Information Science and Education; The researcher's methodological stance was guided by the cartographic method in the light of historical materialism. It is a qualitative research, of the bibliographical and documental type, which allowed to identify the contexts, the social actors, the information devices, the information artifacts and the information actions of our field. It describes the historical development of professional education in Brazil and the normative body that establishes public policies on the subject in the country, up to the current perspective of integration into High School. We focus on the experience of the state public network in the State of Ceará, which has been creating the State Schools of Professional Education and being a national and international mirror of quality education. It concludes by pointing to the strengthening of a business vision within educational training, which is imposed by capitalist interests, intervening in the educational system, equipping the State, defining an important public policy and wanting to perpetuate its social domination.

KEYWORDS: Professional education. Education. Information Regime.

¹ Universidade Federal do Ceará - UFC.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

REGIME DE INFORMAÇÃO DAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO ESTADO DO CEARÁ, BRASIL
Fabiana Cristiane de Medeiros

RESUMEN

Este artículo titulado Régimen de Información de las Escuelas de Educación Profesional en el Estado de Ceará, Brasil, se justifica por la relevancia, proyección y expansión que esta modalidad de enseñanza ha ganado en Brasil en los últimos años. El tema aquí abordado presenta como objetivo general identificar los elementos que componen la formación profesional en el Estado de Ceará y más específicamente: Describir el desarrollo histórico de la formación profesional en la red pública estatal de Ceará, alineándose con la fundamentación teórica y la cuerpo normativo de la temática; Investigación sobre régimen de información en la perspectiva de la interdisciplinariedad entre Ciencias de la Información y Educación; La postura metodológica del investigador estuvo guiada por el método cartográfico a la luz del materialismo histórico. Se trata de una investigación cualitativa, de tipo bibliográfica y documental, que permitió identificar los contextos, los actores sociales, los dispositivos de información, los artefactos de información y las acciones de información de nuestro campo. Describe el desarrollo histórico de la educación profesional en Brasil y el cuerpo normativo que establece las políticas públicas sobre el tema en el país, hasta la perspectiva actual de integración en la Enseñanza Media. Nos enfocamos en la experiencia de la red pública estatal en el Estado de Ceará, que viene creando las Escuelas Estatales de Educación Profesional y siendo un espejo nacional e internacional de educación de calidad. Concluye apuntando al fortalecimiento de una visión empresarial dentro de la formación educativa, la cual es impuesta por los intereses capitalistas, interviniendo en el sistema educativo, dotando al Estado, definiendo una importante política pública y queriendo perpetuar su dominación social.

PALABRAS CLAVE: Educación profesional. Educación. Régimen de Información

1- EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A sociedade capitalista contemporânea tem demandado do Estado um sistema educacional orientado para a formação de mão de obra de caráter técnico/tecnológico especializado e que reúna competências múltiplas. Na realidade, a história da educação brasileira revela presença marcante da influência do sistema capitalista de produção, com flagrante dualidade na oferta de escolas e cursos, divididos entre uma formação propedêutica/humanista/integral, para as elites dirigentes da sociedade, e uma formação tecnicista/profissionalizante/produtivista, direcionada para as classes sociais com menor poder aquisitivo (COSTA, 2019b).

Costa (2019a), fundamentada em Marx (1985), reforça que a história da Educação no Brasil está diretamente relacionada com o contexto histórico, econômico e social de cada época em que está inserida, buscando entender a realidade do país ao longo do tempo e suas relações e embates em cada momento da história brasileira. Para Saviani (1999), também seguindo a linha marxista, a história da educação brasileira é caracterizada por um conflito entre um projeto pedagógico e um projeto pragmático, em que a educação é subordinada aos interesses da realidade que está inserida e que desfavorece os processos de formação humana e técnica dos discentes, em que poderão tornar-se conscientes de que é por meio do trabalho que irão garantir sua subsistência, atendendo aos interesses socioeconômicos, mas também comprometidos com a construção de um futuro mais justo e solidário, entendendo o trabalho como um princípio educativo da vida em sociedade. “Dizer que a educação é um fenômeno próprio dos seres humanos significa afirmar que ela é ao mesmo tempo, uma exigência do e para o processo de trabalho, bem como é, ela própria um processo de trabalho.” (SAVIANI, 2005, p. 12). Marx (2008, p. 62), corrobora com essa ideia de trabalho, como



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

REGIME DE INFORMAÇÃO DAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO ESTADO DO CEARÁ, BRASIL
Fabiana Cristiane de Medeiros

“[...] a condição natural da existência humana, a condição independente de todas as formas sociais, do intercâmbio da matéria entre o homem e a natureza”.

Nesse contexto contemporâneo, a educação profissional é resultante da proposição de um novo modelo escolar, com elementos do processo aprendizagem (planejamento, currículo, metodologia, conteúdo, didática e avaliação) de natureza distinta da educação básica/formal tradicional.

Para seu entendimento, compreenderemos o desenvolvimento histórico da educação profissional no Brasil, resgatando seu corpo normativo mais recente, com a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, para em seguida para fincar nosso mapa no contexto local no Estado do Ceará, localizado no Nordeste brasileiro, e a implantação das Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP), que têm se tornado referência nacional e internacional.

2- Um Breve Desenvolvimento histórico da educação profissional no Brasil

Retornamos até o Brasil Colonial, em que o ensino ofertado pelos jesuítas, com suas escolas, modelo pedagógico e currículo próprios, era responsável pela formação de artífices, com atividades ligadas à produção necessária à elite da época, como oficinas e arsenais.

No século XVIII, após o expurgo da Companhia de Jesus pela Coroa Portuguesa, o Estado se viu obrigado a institucionalizar um sistema educacional público, para ocupar o espaço dos jesuítas na formação da população.

No período regencial, que antecedeu a independência do Brasil e o Império, a educação profissional ganha contorno assistencialista. Em 1809 o príncipe Regente, João VI, cria o Colégio das Fábricas, seguido das academias militares e liceus de artes e ofícios, com ensino voltado para as crianças órfãs e os jovens miseráveis e abandonados, como forma de ocupação para evitar conflitos com a moral e bons costumes da sociedade da época, não se tornando marginais (CUNHA, 2000).

Esse viés assistencialista da educação profissional persiste no Império. Manfredi (2002) adiciona que nesse período, surge uma segunda concepção, que coloca a educação como veículo de formação técnica, voltada para o trabalho artesanal, de apreensão de um ofício e que ocupa a população, não somente os miseráveis.

O cenário socioeconômico brasileiro se transforma com a abolição da escravidão, a Proclamação da República, a expansão cafeeira, o avanço da urbanização e da industrialização e a abertura da imigração. É necessário transformar também o sistema educacional:

A aceleração da industrialização e urbanização também foram fatores que contribuíram para essa nova fase no contexto brasileiro, ao lado das inovações tecnológicas que exigiram maior qualificação profissional dos trabalhadores. Em virtude dessa nova conjuntura econômica e política, o ensino profissional ganhou uma nova configuração, embora continuasse mantendo, basicamente, o caráter assistencialista de antes; entretanto percebem-se novas iniciativas do poder público em prol de uma organização da educação profissional. (MINEIRO; LOPES, 2020, p. 285)



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

REGIME DE INFORMAÇÃO DAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO ESTADO DO CEARÁ, BRASIL
Fabiana Cristiane de Medeiros

Com toda essa demanda existente, em 1909 o então Presidente Nilo Peçanha criou 19 unidades das Escolas de Aprendizes Artífices (EAA), espalhadas pelos Estados que formavam o território nacional na época e que ofertavam cursos nas áreas de carpintaria, alfaiataria, carpintaria, sapataria e atividades agrícolas.

A partir de 1920, com o avanço da industrialização em todo o mundo e a demanda pela formação dos estrangeiros que adentraram anteriormente o país na onda migratória, torna-se necessário que o Governo de Getúlio Vargas invista na qualificação dos trabalhadores. O conjunto de leis trabalhistas aprovado na época continha normas específicas para a educação profissional, assim como incentivos de formação docente para os professores.

A Constituição de 1937 trouxe certa normatização para a educação profissional, incentivando a criação de escolas por empresas e sindicatos. Na década de 40 é promulgada a Lei Orgânica do Ensino Industrial, equiparando o ensino profissional ao Ensino Secundário da época e as EAA são transformadas em Escolas Industriais e Técnicas, posteriormente chamadas Escolas Técnicas Federais. No ano de 1961 é promulgada a Lei nº 4.024, conhecida com a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

Logo após, tem início no país a Ditadura Militar, que transformou todo o cenário socioeconômico brasileiro e buscava impor sua visão também no sistema educacional, propondo reformas na LDB. Nesse recorte temporal, destaca-se A Lei nº. 5.692 de 11 de agosto de 1971, instituindo a “profissionalização universal e compulsória do ensino de segundo grau”. Na sequência, a Lei 7.044/82 encerra a obrigatoriedade dos cursos profissionais em nível de 2º Grau, tornando optativo o ensino profissionalizante. (SANTOS; SILVA NETA, 2014, p. 481).

Somente no final da década de 80, após grande pressão popular, o Brasil é redemocratizado, culminando com a promulgação da Constituição Federal de 1988, conhecida como Constituição Cidadã. Seu Art. 205 merece destaque: Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

No ano de 1996 é promulgada a Lei nº 9.394, conhecida com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A partir de então, é a LDB que vem norteando até hoje as políticas públicas educacionais do país. Estabelece que a estrutura da educação básica no país é formada por três programas de ensino: a) Ensino Infantil: obrigatória a partir dos quatro anos de idade; b) Ensino Fundamental: duração de nove anos, com início para crianças a partir de seis anos; e c) Ensino Médio: para os concluintes do Ensino Fundamental, com duração de três anos, estendendo-se normalmente até os 17 anos dos jovens.

Um novo marco que altera esse *status quo* só vai surgir em 2003, no Governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, quando inicia-se discussões entre as diretorias de Ensino Médio e de Educação Profissional do Ministério da Educação (MEC). É criado o Fórum Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, para gerenciar a realização dos primeiros seminários que tratariam da



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

REGIME DE INFORMAÇÃO DAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO ESTADO DO CEARÁ, BRASIL
Fabiana Cristiane de Medeiros

integração do Ensino Médio com a modalidade de educação profissional, com a interlocução entre o Estado e a sociedade civil (RAMOS, 2008).

Em 2008, através da Lei nº 11.741, o governo modifica o Artigo 39 da LDB, incluindo uma seção específica sobre a “Educação Profissional Técnica de Nível Médio”, visando ressignificar a fragmentação que as ações do governo anterior haviam imposto para a educação profissional.

Em 2011, a Lei nº 12.513 criou o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que tem desde então impulsionado o processo da educação profissional no país. Seu objetivo tem sido “[...] expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos técnicos e profissionais de nível médio, de cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores e intensificar o programa de expansão de escolas técnicas em todo o país.” (BRASIL, 2011).

3- O Cenário da Educação Profissional no Ceará

No Estado do Ceará, até 2007, a educação profissional vinha sendo ofertada pelos Centros de Ensino Tecnológico (CENTEC), além dos cursos ofertados pelo Sistema S e pelo então CEFET (NIBON, 2014). A partir do contexto nacional, descrito anteriormente, criou-se um cenário local para o estado instituir a educação profissional como política pública, potencializando sua educação básica junto da qualificação para o mundo do trabalho. Dessa forma, nesse ano de 2007 a Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC) aderiu ao Programa Brasil Profissionalizado. Como vimos, o Programa tinha entre seus objetivos o fortalecimento das redes estaduais de educação profissional, repassando recursos federais para criação de escolas técnicas. Para implementação do programa, foram necessárias algumas ações por parte do Governo Federal:

- Assinatura do Compromisso Todos pela Educação, em conformidade com o Decreto nº 6.094/97; - Formalização, junto à Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), da sua intenção de participação no Programa, cadastrando as informações exigidas no Sistema de Monitoramento, Execução e Controle (SISMEC):
- Solicitação, junto ao Ministério de Educação e Cultura, de apoio técnico para realização do diagnóstico e do plano de educação profissional;
- Envio do diagnóstico e do plano de educação profissional para análise da SETEC; - Realização de ajustes no diagnóstico e no plano de educação profissional; - Celebração de convênio junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). (CEARÁ, 2014, p. 18).

Com isso, foram criados os Centros Educacionais para a Juventude (CEJOVEM) que dezembro de 2008, através da Lei Estadual nº 14.273, foram transformados em Escolas Estaduais de Educação Profissional. O texto da lei assegurava:

Art.1º. Fica o Poder Executivo autorizado a criar mediante Decreto, na estrutura organizacional na Secretaria da Educação - SEDUC, Escolas Estaduais de Educação Profissional - EEEP, sendo-lhes asseguradas as condições pedagógicas, administrativas e financeiras para a oferta de ensino médio técnico e outras modalidades de preparação para o trabalho. (CEARÁ, 2008).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

REGIME DE INFORMAÇÃO DAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO ESTADO DO CEARÁ, BRASIL
Fabiana Cristiane de Medeiros

Nesse projeto, denominado Ensino Médio Integrado, notamos que nas EEEP, a educação profissional deveria funcionar integrada ao Ensino Médio, articulando escola e trabalho em jornada de tempo integral, seguindo as orientações dispostas pelo MEC, LDB e dos Decretos nº 2.208 e 5.154 (CEARÁ, 2008). A SEDUC detalha:

A educação profissional dá maior amplitude à concepção do direito à educação por criar condições para que se estabeleça um diálogo com o mundo do trabalho. Ao privilegiar o ensino integrado, o Governo do Ceará oferece aos alunos que concluíram o ensino fundamental a matrícula única para o Ensino Médio e formação técnica, abrindo a possibilidade de ingressarem nas Escolas Estaduais de Educação Profissional. (CEARÁ, 2019).

A SEDUC instituiu sobre a estrutura organizacional e funcionamento das EEEP. Cada escola deveria: a) atender até 540 alunos; b) ser composta por 12 turmas com 45 discentes em cada; c) funcionar das 07:00 às 17:00 horas; d) servir três refeições por dia (dois lanches e um almoço), para alunos, professores, núcleo gestor administrativo; e) entregar fardamento e material didático; e f) ofertar nove aulas diárias, integralizando 1.800 horas anuais e 5.400 horas ao longo dos três anos do Ensino Médio.

Para a execução inicial do projeto das EEEP, foram escaladas 25 escolas de Ensino Médio já existentes, das quais seis se localizavam em Fortaleza e as demais, distribuídas nos seguintes municípios cearenses: Barbalha, Bela Cruz, Brejo Santo, Cedro, Crateús, Crato, Iguatu, Itapipoca, Jaguaribe, Pacatuba, Pacajus, Quixadá, Redenção, Santa Quitéria, São Benedito, Senador Pompeu, Tabuleiro do Norte e Tauá, com atendimento inicial de 4.450 estudantes. Foram ofertados os cursos técnicos de Enfermagem, Informática, Turismo e Segurança do Trabalho.

Em 2009 a SEDUC adaptou e incorporou mais 26 escolas, inserindo a educação profissional em um total de 19 municípios cearenses. Ampliou-se também o catálogo de cursos ofertados, passando a incluir Estética, Massoterapia, Agroindústria, Finanças, Edificação, Meio Ambiente e Produção de Moda.

Com o avanço do projeto, ano de 2010 mais oito escolas foram implantadas. A SEDUC então produz o documento “Referenciais para as Escolas de Educação Profissional”, que incentivava as escolas a elaborarem em suas instâncias seus Projeto Político Pedagógico (PPP) e Regimento da Escola. Para fins de credenciamento e reconhecimento dos cursos ofertados pelas EEEP, o Conselho Estadual de Educação passa a atuar na avaliação. Para isso, as EEEP deveriam entregar ao CEE seus Planos dos Cursos e o PPP, como parte da documentação exigida. De acordo com a última compilação de dados e indicadores, o Ceará possui 119 EEEP, ofertando 52 cursos técnicos em 95 municípios espalhadas por todo seu território o programa atendeu em 2018 a uma demanda de matrículas de 52.571 jovens, segundo dados da SEDUC (CEARÁ, 2018).

A grade curricular das EEEP é formada por: disciplinas da base nacional comum do Ensino Médio; disciplinas dos cursos técnicos específicos; e disciplinas diversificadas que promovem a integração do aluno com temas contemporâneos relativos ao exercício da cidadania, formação humana e ética dos educandos. Arruda, Barbosa e Mota, 2014, p. 2 ponderam que:



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

REGIME DE INFORMAÇÃO DAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO ESTADO DO CEARÁ, BRASIL
Fabiana Cristiane de Medeiros

Os desafios na formulação de uma matriz curricular integrada são muitos, contudo deve-se levar em consideração que a finalidade desse trabalho não é só (re)estruturar a proposta curricular, mas fortalecer a prática do professor, criar possibilidades de mudança em sua prática pedagógica e contribuir para que o aluno possa realizar (ou efetivar) a integração curricular de forma contextualizada e interdisciplinar.

O primeiro grupo da matriz curricular contempla a formação propedêutica, com as disciplinas da base nacional comum ao Ensino Médio: língua portuguesa, língua estrangeira, artes, educação física, história, geografia, filosofia, sociologia, matemática, biologia, física e química. (CEARÁ, 2019). No segundo grupo, a matriz curricular das EEEP oferta as disciplinas próprias da formação técnica e profissional escolhida pelo aluno. O catálogo é formado 52 cursos técnicos, distribuídos em doze eixos tecnológicos: 1) Ambiente e Saúde; 2) Controle e Processos Industriais; 3) Desenvolvimento Educacional e Social; 4) Gestão e Negócios; 5) Informação e Comunicação; 6) Infraestrutura; 7) Produção Alimentícia; 8) Produção Cultural e Design; 9) Produção Industrial; 10) Recursos Naturais; 11) Segurança; e 12) Turismo, hospitalidade e lazer.

Quadro 1 – Eixos tecnológicos da educação profissional

Eixo tecnológico	Cursos técnicos
Ambiente e Saúde	Enfermagem, Estética, Massoterapia, Meio Ambiente, Saúde Bucal, Nutrição e Dietética
Controle e Processos Industriais	Automação Industrial, Eletromecânica, Eletrotécnica, Manutenção Automotiva, Mecânica
Desenvolvimento Educacional e Social	Secretaria Escolar, Tradução e Interpretação de Libras, Instrução de Libras - Experimental
Gestão e Negócios	Administração, Comércio, Contabilidade, Finanças, Logística, Secretariado, Transações Imobiliárias
Informação e Comunicação	Informática, Rede de Computadores
Infraestrutura	Agrimensura, Desenho de Construção Civil, Edificações, Portos
Produção alimentícia	Agroindústria
Produção cultural e Design	Design de Interiores, Gestão Cultural - Experimental, Modelagem do Vestuário, Multimídia, Paisagismo, Produção de Áudio e Vídeo, Produção de Moda, Regência
Produção industrial	Biotecnologia, Fabricação Mecânica, Moveis, Têxtil, Petróleo e Gás, Química, Têxtil, Vestuário
Recursos naturais	Agricultura (Floricultura), Agronegócio, Agropecuária, Aquicultura, Fruticultura, Mineração
Segurança	Segurança do Trabalho
Turismo, Hospitalidade e Lazer	Eventos, Guia de Turismo, Hospedagem

Fonte: Ceará (2019)

A formação profissional é integralizada com o estágio supervisionado, ou seja, exercício da prática laboral de acordo com o curso técnico, propiciando inserção dos alunos das EEEP no mercado de trabalho e o desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes junto do acompanhamento e avaliação de um orientador técnico. O estágio supervisionado ocorre no terceiro ano do curso, último da formação do Ensino Médio, tendo uma carga horária de 600 horas para os cursos da área da saúde e 400 horas para os cursos das demais áreas e com remuneração financiada pelo Governo do Estado do Ceará.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

REGIME DE INFORMAÇÃO DAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO ESTADO DO CEARÁ, BRASIL
Fabiana Cristiane de Medeiros

Por fim, o terceiro grupo da matriz curricular reúne componentes para uma formação diversificada, voltados para as dimensões humana, profissional, ética e cidadã dos alunos. Sublinha-se os seguintes componentes curriculares: Formação para a Cidadania; Mundo do Trabalho; Projeto de Vida; Empreendedorismo; e Diálogos Socioemocionais, delineadas a seguir:

Tais componentes buscam “[...] estimular os estudantes a se tornarem cidadãos responsáveis, críticos, ativos e intervenientes, permitindo-lhes trabalhar suas vivências no plano pessoal e coletivo.” (CEARÁ, 2019). São abordadas questões pessoais e coletivas dos alunos, com elaboração de dossiês sobre os alunos da turma, escrita de projetos de vida, atendimentos individualizados destinados aos alunos e seus pais ou responsáveis, estudos cooperativos e vivências para estimular o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais (como amabilidade, autogestão, resiliência emocional, engajamento com o outro e abertura ao novo (CEARÁ, 2019).

A literatura explanada sobre o tema e a vivência da pesquisadora no campo da pesquisa atestam como o modelo de educação profissional implantado no Ceará tem sido revisto e aperfeiçoado com o decorrer dos anos, seja de acordo com as demandas e avaliações do governo, do mercado de trabalho e da comunidade escolar. Seu desenvolvimento atesta a preocupação da SEDUC em seguir as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, estabelecidas pelo MEC e Conselho Nacional de Educação (CNE).

REFERÊNCIAS

- ALVARES, L. M. A. R. Cartografia de bibliotecas em ciência e tecnologia no Brasil: análise espacial como estratégia para a construção de políticas de informação científica e tecnológica. **Inclusão Social**, Brasília, v. 13, n. 1, p. 44-54, jul./dez. 2019.
- ALVAREZ, J.; PASSOS, E. Cartografar é habitar um território existencial. *In*: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 131-149.
- ANAYA MUÑOZ, Alejandro. Regimes internacionais de direitos humanos: uma matriz para sua análise e classificação. **Revista SUR**, São Paulo, v. 14, n. 25, p. 171-188, 2017.
- BENTES PINTO, Virgínia; CAVALCANTE, Lídia Eugênia. Pesquisa bibliográfica e documental: o fazer científico em construção. *In*: BENTES PINTO, Virgínia; VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregório; CAVALCANTE, Lídia Eugênia (Org.). **Aplicabilidades metodológicas em Ciência da Informação**. Fortaleza: UFC, 2015. p. 15-34.
- BERGO, Cláudia R. Coelho. A educação também passa pela ciência da informação: contribuições possíveis. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 36, n. 3, p. 77-82, set./dez. 2007.
- BEZERRA, Emy Pôrto et al. Regime de informação: abordagens conceituais e aplicações práticas. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 60-86, maio/ago. 2016.
- BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em Educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto, 1994.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

REGIME DE INFORMAÇÃO DAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO ESTADO DO CEARÁ, BRASIL
Fabiana Cristiane de Medeiros

BORKO, Harold. Information Science: what is it? **American Documentation**, v. 19, n.1, p. 3-5, jan. 1968. Disponível em: <https://www.maringa.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EdbertoFerneda/k---artigo01.pdf>. Acesso em: 19 set. 2021.

BRAMAN, Sandra. **Change of state**: information, policy, and power. Cambridge, MA: MIT Press, 2009a.

BRAMAN, Sandra. Defining information. **Telecommunications Policy**, Tokyo, v. 13, p. 233-242, 1989.

BRAMAN, Sandra. **Information policy and the information regime**: critical review of analytical frameworks and concepts. Rio de Janeiro: IBICT; UFRJ, 2009b.

BRAMAN, Sandra. **The emergent global information policy regime**. Houndsmills: Palgrave Macmillan, 2004. p. 12-38.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o § 2 do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm. Acesso em: 13 set. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 20 jul. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008**. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional... Brasília: Câmara dos Deputados, 2008. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11741-16-julho-2008-578206-norma-pl.html>. Acesso em: 20 jul. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011**. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Brasília: Câmara dos Deputados, 2011. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2011/lei-12513-26-outubro-2011-611700-norma-pl.html>. Acesso em: 20 jul. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 20 jul. 2021.

BRASIL. **Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília: Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação, 2012. Disponível em: <https://goo.gl/osW36U>. Acesso em: 13 set. 2021.

BRASILEIRO, Fellipe Sá; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. O processo de 85 mediação da informação nas organizações a partir do contexto do regime de informação. **Anales de Documentación**, v. 16, n. 1, p. 1-18, 2013.

CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

REGIME DE INFORMAÇÃO DAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO ESTADO DO CEARÁ, BRASIL
Fabiana Cristiane de Medeiros

CARVALHO, A. A. **Conformação de um regime de informação**: a experiência do Arranjo Produtivo Local de Eletrônica de Santa Rita do Sapucaí - Minas Gerais. 2009. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

CEARÁ. **Educação Profissional**: Escolas. Fortaleza: Secretaria de Educação, 2021. Disponível em: <http://www.educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br>. Acesso em: 13 set. 2021.

CEARÁ. **Lei Estadual nº 14.273, de 19 de dezembro de 2008**. Dispõe sobre a criação das Escolas Estaduais de Educação Profissional – EEEP, no âmbito da Secretaria da Educação, e dá outras providências. Fortaleza, 2008. Disponível em: <https://apeoc.org.br/wpcontent/uploads/2010/11/LEI.n.14273de2008.pdf>. Acesso em: 13 set. 2021.

CORDÃO, Francisco Aparecido. A LDB e a nova educação profissional. **Boletim Técnico do SENAC**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, 2002. Disponível em: <http://www.legado.senac.br/BTS/281/boltec281b.htm>. Acesso em: 05 set. 2021.

COSTA, D. V. Reflexões acerca da articulação entre o trabalho e a educação profissional e tecnológica no Brasil. **Revista Thema**, v. 16, n. 2, p. 435-446, jul. 2019b.

COSTA, D. V. Reflexões acerca da constituição de Educação Profissional e tecnológica (EPT) no Brasil. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 801-813, jan. 2019a.

CUNHA, Maria Isabel da. Formação continuada. In: MOROSINI, Marília Costa et al. **Enciclopédia de Pedagogia Universitária**. Porto Alegre: [s. n.], 2000.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011. DESLANDES, Suely Ferreira. O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2016.

FAPERGS; DALBERIO, Osvaldo; DALBERIO, Maria Célia Borges. **Metodologia científica**: desafios e caminhos. São Paulo: Paulus, 2009.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1998.

FREIRE, Isa Maria. Sobre o regime de informação no Laboratório de Tecnologias Intelectuais. InCID: **Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 1, p. 70-86, jan./jun. 2013b.

FREIRE, Isa Maria. Subsídios para uma política de gestão da informação da Embrapa Solos: à luz do regime de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, p. 107-130, set./dez. 2010.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (org.). **Ensino Médio integrado**: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias na sociedade de classe. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 14, n. 40, jan/abr. 2011.

GAUTHIER, Clermont et al. **Por uma teoria da pedagogia**: pesquisas contemporâneas sobre o saber docente. 3. ed. Ijuí: Unijuí, 2013.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

REGIME DE INFORMAÇÃO DAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO ESTADO DO CEARÁ, BRASIL
 Fabiana Cristiane de Medeiros

- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GODOY, Arilda S. Introdução a pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresa**, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995.
- GOMES, R. A análise de dados em pesquisa qualitativa. *In*: MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, p. 67- 88 80.
- GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Informação, conhecimento e poder: do ponto de vista das relações entre política, economia e linguagem. *In*: MACIEL, Maria Lucia; GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
- IMBERNÓN, Francisco. **Formação continuada de professores**. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- KASTRUP, V.; BARROS, R. B. Movimentos-funções do dispositivo na prática da cartografia. *In*: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 76-91.
- KERR PINHEIRO, Marta Macedo. Políticas de Informação e estado informacional. *In*: NIBON, A. A. R. **O processo de implantação e expansão da rede de Escola Estadual de Educação Profissional no Estado do Ceará (2008-2014): um olhar investigativo**. 2014. Monografia (MBA em Excelência em Gestão de Projetos e Processos) – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, São Paulo, 2014.
- NOSELLA, Paolo. **A escola de Gramsci**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- NOSELLA, Paolo. Trabalho e perspectivas de formação dos trabalhadores: para além da formação politécnica. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro. v. 12, n. 34, p. 137- 151, apr. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782007000100011&lng=en&nrm=iso
 Acesso em: 12 jul. 2021.